

76.5.12661

Série de Notas sobre a Guerra

N.º 123

A palavra da Alemanha

PUBLICADA PELO

Col. 2

Bureau da Imprensa Britânica em Lisboa



LISBOA

TYPOGRAPHIA DO ANNUARIO COMMERCIAL

Praça dos Restauradores, 24

1918

A palavra da Alemanha

I

Os individuos que falam numa paz por accordo entre os beligerantes, deveriam para serem francos, perguntar primeiro qual a probabilidade da Alemanha respeitar o accordo. Quando dizemos «Alemanha» entendemos aquelle que actualmente rege aquelle paiz. Longe de nós dizermos que a Alemanha nunca respeita um tratado. Porém o que afirmamos é que visto a sua teoria com respeito a contratos, — teoria explicada repetidas vezes por escritores publicos e estadistas, — existe sempre grande probabilidade que ella fuja aos seus compromissos; os seus inimigos, naturalmente, não estão dispostos a correr-lhe o risco. Não vamos entrar nesta occasião nas questões de importancia magna, tais como a quebra da sua palavra com relação á neutralidade da Belgica e o desprezo das convenções internacionais firmadas por ella. Tem havido durante a guerra muitos casos de somenos importancia em que a Alemanha tem falseado a sua assinatura. Prometeu formalmente, por exemplo, não em-

pregar os prisioneiros de guerra dentro dos limites de 30 quilometros da linha de fogo; porém quando em 20 de novembro o exercito britanico avançou uns seis quilometros na direção de Cambrai, encontraram prisioneiros russos a trabalhar. A Alemanha garantiu á Grecia que Drama, Seres e Kavalla não seriam ocupadas, porém a ocupação fez-se quasi no mesmo momento que a promessa. Tem sistematicamente deixado de cumprir os seus compromissos para com a Suissa para a permutação de generos. Era-nos facil amontoar os exemplos. Vamo-nos referir aqui, em poucas palavras, aos factos dum só; é uma prova como a Alemanha por meio de promessas formais feitas de má fé á Holanda, se serviu desse paiz para conseguir os seus fins, repudiando depois a palavra dada. Neste proceder não ha infelizmente nenhuma novidade; tem contudo interesse porque as explicações oferecidas em seguida provam, precisa e claramente, as teorias que nutre a Alemanha com respeito a contratos e convencem a maior parte das nações do mundo que não ha entendimento possivel entre elas e os dirigentes actuais do Imperio alemão.

Quando os alemães tomaram Antuerpia em 1914, fugiu grande numero dos habitantes para a Holanda. Outros belgas tambem se refugiaram ali antes e depois deste acontecimento; não podemos afirmar em que proporção estavam os refugiados de Antuerpia, porém formavam com certeza uma grande parte do total. Por muitas razões desejavam as autoridades alemãs que es-

tes refugiados voltassem para a Belgica, pois, como agora se sabe, fazia parte do plano alemão utilizar para fins da guerra todos os recursos economicos e industriais da Belgica, assim como de outros territorios ocupados, e o desaparecimento deste grande numero de refugiados era uma sangria das forças vitais do paiz, isto é, lesava os interesses da Alemanha. Os refugiados, no entanto, tinham grande receio de duas coisas: a primeira era que os jovens seriam alistados no exercito alemão; a segunda que seriam deportados para a Alemanha e ali obrigados a trabalhar em auxilio dos seus inimigos. Como era natural, nenhuma confiança tinham na Alemanha. Nada temos que ver com a questão de alistamento no exercito alemão; não era esse o fito da Alemanha. O ponto que apresentamos relaciona-se com a questão da deportação forçada de mão d'obra para a Alemanha.

Nos primeiros dias de outubro de 1914, o cardeal Mercier, falando com o general barão von Huene, governador militar alemão em Antuerpia, intimou ao general que entre o povo corria o boato que os belgas estavam sendo deportados para a Alemanha e pediu-lhe que affirmasse por escrito o que já tinha prometido verbalmente ao cardeal: que tal acto não se praticaria. Von Huene escreveu imediatamente a seguinte garantia: — «Os mancebos não teem que recear serem mandados para a Alemanha nem para se alistarem no exercito nem para se empregarem em trabalhos forçados.» Em obediencia a uma ordem passada pelo cardeal Mercier

em 16 de outubro, esta garantia foi lida em todas as igrejas da provincia de Antuerpia. Notar-se-ha que a fraseologia é geral, não se refere nem a época nem a localidade determinada; porém como a autoridade de von Huene se estendia só a Antuerpia, foi o cardeal a Bruxelas falar com o governador militar de todo o territorio occupado na Belgica, o falecido marechal von der Goltz, a quem solicitou que ratificasse para toda a Belgica e para todo o tempo a garantia dada por von Huene. Von der Goltz pediu tempo para estudar o caso. No dia seguinte foi ter com o cardeal a Malines e perante tres testemunhas, sendo dois ajudantes de campo seus e o terceiro o secretario particular do cardeal, ratificou a garantia.

Não é necessario seguir os passos dados pelas autoridades belgas e alemãs afim de tornar conhecidas aos belgas refugiados estas garantias. Tratamos do papel da Holanda neste assunto. O governo alemão recorreu no entretanto aos bons officios do governo holandez para influir no regresso dos refugiados. No dia 16 de outubro de 1914, o *Nederlandisches Correspondenz Bureau* da Haya publicava uma declaração official em que se lia: — «Os *pourparlers* do nosso Governo com a autoridade superior alemã alcançaram o resultado de poderem regressar todos os refugiados, não só a Antuerpia e seus arrabaldes, mas a qualquer parte da Belgica.» No dia 17, M. J.-A. van der Bergh, consul geral holandez em Antuerpia, preparou, conjuntamente com von Huene e M. Franck, presidente da Comissão

Internacional de Antuerpia, um aviso convidando os refugiados em Holanda a regressarem para a Belgica. Nele afirmava van der Bergh que lhe tinha assegurado von Huene que procederia absolutamente de acordo com as convenções da Haya, de maneira que (entre outras coisas) ficava perfeitamente garantida a liberdade individual; e mais, que as autoridades alemãs não tinham a minima idéa de encarcerar os que voltassem *nem de os deportar para a Alemanha*. No dia 20 informou van der Bergh a von Huene de que, com a aprovação do governo holandez, fôra este aviso espalhado na Holanda, e que o ministro do Interior tinha dado os passos necessarios para o tornar conhecido aos refugiados belgas. Desta forma estava empenhada no assunto a honra da Holanda.

11

Fizemos ver como foi que a Holanda, fiada nas promessas da Alemanha, se prontificou a garantir aos refugiados belgas que, a voltarem para a Belgica, não seriam deportados para a Alemanha. E de facto, confiados nesta promessa, muitos voltaram nos fins de 1914. Outros hesitavam ainda e o governo do rei Alberto publicou um aviso fazendo ver o perigo de se fiarem na Alemanha. A isto respondeu o governo alemão por uma declaração official publicada na Holanda no 1.º de junho de 1915. Referindo-se ao aviso publicado pelo Governo Belga, dizia: «Com respeito a isto, o governo alemão torna publico que

nada tem a recear pela sua liberdade pessoal qualquer belga que obedecer aos regulamentos alemães.»

No dia 3 de outubro de 1916 emitiu-se a Ordem Alemã para a deportação de helgas para a Alemanha; e o serviço começou desde logo. Houve, como era natural, grande indignação na Holanda; compreendiam os holandezes que a Alemanha se tinha servido deles para conseguir o regresso dos refugiados. Um deputado socialista fez a proposito varias perguntas a M. Louden, Ministro dos Negocios Estrangeiros da Holanda; este, respondendo em 4 de dezembro de 1916, recapitulou muitos dos factos referentes á parte que tomou a Holanda no assunto e que já demos no primeiro artigo, e declarou que o governo holandez tinha feito o seu protesto perante a Alemanha, pois julgavam-se os membros do governo responsaveis para com os refugiados que tinham regressado da Holanda para a Belgica fiados nas garantias dadas pelas mais subidas autoridades alemãs em Antuerpia conjuntamente com o governo holandez, de que não seriam deportados para a Alemanha. Nisto vê-se uma declaração formal que a Holanda acusava a Alemanha de ter faltado á sua palavra.

Em 29 de dezembro de 1916, respondeu o governo alemão ao protesto holandez. Começa por afirmar que a Alemanha não tinha faltado á garantia dada por von Hucne, pois essa garantia referia-se unicamente a Antuerpia e aos seus arrabaldes; porém que, visto existir «a possibilidade dum malentendido por parte dos officiaes

do governo holandez», a Alemanha mandaria repatriar da Alemanha *para a Belgica* os habitantes de Antuerpia que tinham regressado sob fé das garantias dadas, se por seu lado o governo holandez quizesse receber de novo dentro das suas fronteiras os belgas que não encontravam occupação na Belgica. A Holanda aceitou esta condição.

Nisto ha a notar tres pontos. O primeiro é que esta resposta refere-se unicamente á garantia dada por von Huene, e põe de parte a garantia geral dada por von der Goltz. O segundo é que no oferecimento de repatriação para os habitantes *de Antuerpia*, confessava oficialmente a Alemanha que repudiava a propria garantia de von Huene. O terceiro é que os refugiados iludidos não recuperavam as condições em que se achavam anteriormente, como pediam as mais elementares condições de justiça; não deviam ser recambiados para a Holanda, donde poderiam sair para a Inglaterra, porém directamente para a Belgica; permaneciam sob o governo alemão. Porquê? A resposta é facil. Não consta o que na verdade succedeu; porém aos que conhecem os metodos alemães não resta duvida sobre esse ponto. Pouco depois o Kaiser ordenou a repatriação daqueles belgas que não se achavam desempregados quando foram deportados; estiveram nos seus lares durante duas ou tres semanas e foram levados de novo. Eis a razão pela qual os refugiados de Antuerpia foram recambiados á Belgica e não á Holanda. E' possivel que na Holanda se não reparasse neste aspecto



da concessão; em todo o caso é claro que a Holanda não tinha força suficiente para insistir.

Retrocedemos agora para fazer um estudo da mentalidade interessante do general, barão von Huene. Não entramos em considerações sobre a resposta de má fé do novo governador, o falecido barão von Bissing, ao protesto do cardeal Mercier, feito em 26 de outubro de 1916, e que contava todos os factos; von Bissing poz de parte tudo quanto era factos materiais para se referir só á «necessidade», e á perversidade da Inglaterra. Porém a indignação era demasiada para que o assunto caísse no esquecimento; e (tendo falecido von der Goltz) von Bissing pediu explicações a von Huene. Este, com todo o desprezo inerente á casta militar alemã para o resto do universo, não procurou disfarçar as suas opiniões. A sua explicação, bem diferente da que deu o governo alemão, foi publicada em 1 de dezembro de 1916 no jornal germanófilo *Neue Zuercher Nachrichten*. Declarou que esta garantia de não deportação foi dada a pedido de von der Goltz e que nada tinha que ver com as deportações actuais; em primeiro logar foi dada dois anos antes quando as circumstancias eram diferentes; em segundo logar essa garantia era contra os interesses militares da Alemanha. A primeira razão é a bem conhecida teoria alemã concernente contratos. Findar o contrato por terem mudado as circumstancias. Era no mais alto grau desvergonhado este argumento (em linguagem leiga) era caso dum contrato já cumprido por uma das partes; sob fé dele tinham re-

gressado os refugiados da Holanda. E' claro que, a prevalecer no mundo a doutrina alemã que um contrato só tem valor emquanto as circunstancias não mudarem, acaba toda a possibilidade de civilisação e de relações entre os homens: ficaria só a lei da força.

Porém a segunda razão é dum ensinamento valioso. Punha-se de parte o contrato porque não quadrava com os interesses militares da Alemanha. («Interesses militares neste caso significam o libertar os operarios alemães para o exercito, suprimindo-lhes os logares pelo trabalho forçado dos belgas.») Aqui temos numa palavra o que é o militarismo alemão. Deve ser tomada dum ponto de vista *militar* a resolução final sobre todos os assuntos e essa resolução pertence ás autoridades *militares*; nenhum acordo — por exemplo, uma paz por acordo — sobreviveria um instante a uma resolução posterior das autoridades militares que esse acordo era contrario aos interesses militares da Alemanha. Vê-se isto hoje nas negociações com a Russia: toda a falacia a respeito de democratizar a Alemanha caiu como um manto inutil assim que chegou o momento oportuno; o estado maior general está ditando quais as anexações que resolveram reclamar. Von Huene fez-nos um serviço pelo menos: declarou em palavras claras e resumidas, numa nudez horripilante, as razões precisas pelas quais a maior parte do mundo se acha em guerra com a Alemanha.

